

# O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA ESTADUAL JAIME VERÍSSIMO DE CAMPOS JUNIOR “JAIMINHO” NO ENSINO FUNDAMENTAL II

Amanda Rocha da Cruz <sup>1</sup>

Jociléa Santos Silva

Larissa Silva Freire Spinelli <sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo se propõe a refletir sobre o papel social da Escola Estadual Jaime Veríssimo de Campos Júnior “Jaiminho” voltado ao ensino fundamental e a caracterização da organização escolar localizada no município de Várzea Grande, Mato Grosso. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental que constitui a natureza metodológica de abordagem do tema. A pesquisa esta ancorada teoricamente em Bueno (2001; 2015), Luck (2000) Martins (1998), Aranha (2006), Fachin (2006), LDB (1996), CF (1988), Libâneo (2007), Paulo Freire (1983). Os resultados obtidos trazem a confirmação de que o papel social da escola é relevante para o desenvolvimento do aluno, assim como a compreensão da importância da função social da instituição na formação de alunos críticos e autônomos.

**Palavras-chave:** Papel Social. Gestão. Cidadania. Formação Social.

## ABSTRACT

This article aims to investigate how the social role of the school in elementary education takes place and the characterization of the school organization at the State School Jaime Veríssimo de Campos Junuior “Jaiminho”, located in the municipality of Várzea Grande, Mato Grosso. Based on bibliographic and documentary research that constitutes the methodological nature of approaching the theme. The research is theoretically anchored in Bueno, Luck, Martins, Aranha, Fachin, LDB, CF, Libâneo, Paulo Freire. The results obtained confirm that the school's social role is relevant to the student's development. Understanding the importance of the institution's social function in the training of critical and autonomous students.

**Keywords:** Social role. Management. Citizenship. Social Formation.

## Introdução

---

<sup>1</sup> Acadêmicas do 8º Semestre do Curso de Licenciatura em Pedagogia no UNIVAG – Centro Universitário de Várzea Grande, artigo elaborado como requisito parcial na nota bimestral da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.

<sup>2</sup> Pedagoga; Doutora em Estudos Interdisciplinares de Cultura pela Universidade Federal de Mato Grosso; Docente do Centro Universitário de Várzea Grande–UNIVAG e orientadora deste artigo.

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o papel social da escola na sociedade contemporânea, a partir da experiência da Escola Estadual Jaime Veríssimo de Campos Júnior “Jaiminho” no ensino fundamental II. Conforme a leitura nos textos de Aranha (2006) torna-se importante a compreensão dos processos históricos como meio de entendimento da educação brasileira, de sua influência na constituição da sociedade, da educação nacional e na formação de novas gerações.

Com o avanço do sistema capitalista, o Estado passa a regulamentar e controlar a organização e o funcionamento do sistema educacional, levando a buscar novos posicionamentos para que a escola possa cumprir seu papel social, trata-se de um período de transição democrática e de abertura política e, por isso, a possibilidade de abertura de novas relações entre o estado e a sociedade civil. Por sua vez, os movimentos sociais foram relevantes neste processo de constituição da educação nacional e formação da nação brasileira, como o Manifesto da Escola Nova que defendia a universalização da escola pública, gratuita e laica, o qual teve participação de vários pensadores, como Anísio Teixeira e Paulo Freire (ARANHA, 2006).

É importante destacar que um dos objetivos fundamentais expressos no Manifesto — que certamente fora redigido sob a inspiração de Anísio Teixeira — era a superação do caráter discriminatório e antidemocrático do ensino brasileiro, que destinava a escola profissional para os pobres e o ensino acadêmico para a elite.

Desde a promulgação da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, foram criados mecanismos de articulação, como as Conferências Municipais, Estaduais e Nacional, como estratégia para organizar, implementar e consolidar a educação como direito social, assegurando o direito a diversidade, democratizando a gestão, garantindo acesso e a permanência de crianças, jovens e adultos nas instituições de ensino e, principalmente, discutindo tudo isso com a sociedade de forma democrática.

Contudo esses fatores nos fornecem uma nova configuração do desafio da sociedade, onde o conhecimento e a aprendizagem possam se transformar em ferramentas essenciais no exercício para a cidadania.

A cidadania é um direito fundamental para que o ser humano possa tornar-se participativo e consciente na construção de sua própria história e também da sociedade. A etimologia da palavra “cidadão” é: “aquele que vive na cidade”, mas, com o reconhecimento dos direitos civis e sua legalidade nos documentos. (CABEDA, 2004, p.1). A cidadania contemporânea é, portanto, resultado da luta e da regulamentação dos direitos humanos. No

contexto brasileiro foi assegurado com direitos e deveres que são amparados por garantias legais na Constituição federal.

Falar sobre direitos, democracia e cidadania tem que estar entrelaçado ao exercício, como defesa e manutenção dos regimes democráticos. Exercer a democracia é defender o estado democrático de direito, fazendo-se necessário à conscientização da massa populacional.

Mediante estas considerações, lançamos a seguinte problematização: Como o papel social da escola é desempenhado no ensino fundamental?

Em busca de responder tal questionamento o objetivo geral proposto do artigo consistiu em: Compreender de que maneira o papel social da escola é desempenhado no ensino fundamental e como colabora para a formação cidadã do indivíduo. Para tanto, os objetivos específicos são: analisar o conceito de papel social e/ou função social, identificar a relação gestão, organização escolar e prática educativa na escola e verificar os modelos de gestão e organização escolar.

O artigo está estruturado em dois tópicos, no primeiro tratamos sobre A escola cidadã e seu papel social e no segundo discutimos as concepções da gestão escolar: participação e cidadania. E por fim, tecemos as considerações finais.

### **Metodologia e procedimentos de pesquisa**

A pesquisa se caracterizou por uma abordagem qualitativa de caráter exploratório com levantamento bibliográfico e documental associada a um estudo de caso. Entende-se os termos pesquisa bibliográfica e pesquisa documental na perspectiva das autoras Marconi e Lakatos (2011, p. 43-44), segundo as quais a pesquisa documental engloba:

todos os materiais, ainda não elaborados, escritos ou não, que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica [...] e a pesquisa bibliográfica trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto [...].

Sendo assim, a metodologia da pesquisa seguiu as seguintes etapas:

**a) Balanço de produção:** no primeiro momento fizemos um levantamento de pesquisas em artigos, sites e livros sobre o papel social da escola no ensino fundamental.

**b) Levantamento Bibliográfico:** serviu para fundamentar a pesquisa na qual realizou-se leituras sobre o referencial teórico de modo a propiciar elementos para as interpretações dos resultados. A base teórica foi assentada em LUCK (2000), LIBÂNEO (2008), FREIRE

(1983; 1993), ARANHA (2006), PARO (2020), CARVALHO (2007) e BUENO (2001/2015), tendo em vista estes autores contribuem para refletir sobre o processo social da escola.

**c) Fase empírica:** nesta etapa desenvolvemos um estudo de caso, onde foram coletados os dados através de entrevista com a coordenadora de uma escola estadual, por entender que tal método torna-se relevante para compreender o papel social da escola no ensino fundamental, pois terá a possibilidade de compreensão de como acontece na prática a construção social do indivíduo e quais são os maiores desafios para que a escola cumpra com primazia o seu papel social. O estudo de caso tem como objetivo:

[...] conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva. (FONSECA, 2002, p. 33).

Assim, este levantamento de caso foi realizado na Escola Estadual Jaime Veríssimo de Campos Júnior “Jaiminho do município de Várzea Grande, com intuito de compreender a realidade da instituição escolar, e como ocorre à integração do indivíduo, junto a comunidade escolar, através da gestão democrática e suas práticas educativas. Para a coleta de dados, realizamos uma entrevista com questões abertas, para saber de fato como ocorre esta ação de acolhimento e integração no contexto escolar, de que modo é desenvolvido pelos (as) professores (as) as práticas cidadãs e de que forma, acontece a preparação e a realização das práticas educativas. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados para realização da entrevista foram por E-mail e WhatsApp em virtude da crise sanitária mundial ocasionada pelo COVID19.

**d) Fase pesquisa documental:** nesta etapa estudamos e analisamos os documentos normativos da educação brasileira, tais como: a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014).

### **A escola cidadã e seu papel social**

De acordo com Ferreira e Silva (2014, p.1-18) a escola é uma instituição social de relevância na sociedade, “pois além de possuir o papel de fornecer preparação intelectual e moral dos alunos, ocorre também, a inserção social. Isso se dá pelo fato da escola ser um importante meio social frequentado pelos indivíduos, depois do âmbito familiar”.

Nesse sentido, nota-se que é na instituição escolar que as práticas educativas vão ser regulamentadas e formalizadas com as leis educacionais. O sistema educacional oferece uma

educação planejada, sistematizada e compulsória, trabalhando com as demandas sociais da sociedade, estando esta em constantes transformações.

Então a educação cidadã deve acolher e valorizar a diversidade cultural da própria comunidade, contribuindo com a construção da cidadania, reforçando o pertencimento e a identidade da comunidade. Voltada para os princípios da participação popular e liberdade, contribuindo no processo de inserção social de pais e alunos. Que desta maneira ajudará a superar as suas dificuldades, combatendo as práticas desiguais lutando neste cenário das relações de poder em um estado neoliberal. (GADOTTI, 2006).

Dessa forma, a educação na concepção da Escola Cidadã, em sentido amplo, orienta-se para e pela cidadania, ou seja, esta é tanto seu objetivo maior, quanto o meio através do qual traça seu curso. Isto está explícito na citação que se segue:

A Escola Cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e de deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. A Escola Cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma escola cidadã em si e para si. Ela é cidadã na mesma medida em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. A Escola Cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com o seu discurso formador, libertador. É toda escola que, brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos-educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, a Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia. (FREIRE *apud* GADOTTI, 2006, p. 68-69).

O papel social da escola é garantir o acesso do saber para todos, combater a hegemonia e promover a emancipação do indivíduo na sociedade para transformação social. Sendo assim sobre a função da escola Libâneo (2007), afirma que a escola deve ajudar os alunos a desenvolver suas capacidades intelectuais e cognitivas frente a um conjunto de problemas sociais existentes no mundo hoje e que afetam a juventude.

Portanto, para que a construção de novos posicionamentos possa oferecer a possibilidade de a escola cumprir seu papel social, bem como a consolidar umas práxis transformadora por meio da atuação pedagógica é, segundo Freire:

[...]. É preciso e até urgente que a escola vá se tornando em espaço escolar acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o de tolerância, o do acatamento as decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo, o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade (FREIRE, 1993, p.89).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: Vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”. (LDB, Art. 3º, XI). A escola tem como papel social a tarefa de, principalmente, encaminhar ações por meio de processos educativos que venham despertar o compromisso

social dos indivíduos, das entidades e dos grupos sociais, objetivando fazer uma só aliança, capaz de promover mudanças e transformações no cumprimento do dever educacional, da preparação e formação de alunos que sejam cidadãos portadores de uma nova visão de mundo reinventado, através da criticidade e da participação (NOBRE, 2018).

Nesta perspectiva, compreendemos que é dever da instituição escolar possibilitar o acesso de todos a educação de qualidade, o bem-estar social, ou seja, a socialização do sujeito para o exercício da cidadania na sociedade. Além disso, a escola deve atender as necessidades da classe trabalhadora e conceber a educação como um direito social. Por isso, é preciso, que as classes menos favorecidas se apropriem de bens materiais e culturais que possibilitam a construção do sujeito e a sua formação integral.

Por conseguinte, são os conselhos escolares que vão contribuir com as tomadas de decisões no âmbito escolar, e que também tem o seu papel formativo na busca de autonomia escolar, visando uma participação mais voltada aos interesses da comunidade, proporcionando o exercício da cidadania, a coletividade e o desenvolvimento das relações sociais. Portanto, para que todas essas ações caminhem a fazer parte de uma nova maneira de organizar a escola, é preciso que o gestor acredite nessa forma de gestão e exerça a sua função na plenitude da natureza do seu cargo.

Nesse sentido, ser cidadão implica em participar e aproximar-se das condições básicas sociais e culturais, onde as relações não sejam de poder, mas sim igualitárias, oportunizando a todos, indiferentemente de credo, raça, cor e estabilidade financeira.

A participação cidadã funda-se também numa concepção democrática radical que objetiva fortalecer a sociedade civil no sentido de construir ou apontar caminhos para uma nova realidade social sem desigualdades, exclusões de qualquer natureza. Busca-se a igualdade, mas reconhecendo-se a diversidade cultural. Há um novo projeto emancipatório e civilizatório por detrás dessa concepção que tem como horizonte a construção de uma sociedade democrática e sem injustiças sociais (Gohn,2010, p.18).

Sendo assim, falar em gestão escolar é acima de tudo falar em educação, isto é, descrever e caracterizar o objetivo principal da escola. Em razão disso, por mais que se cuide das atividades-meio, elas de nada servem se não estão a serviço da atividade-fim que é o ato educativo. Logo, é

preciso acima de tudo afastar o amadorismo pedagógico e assumir a singularidade do processo de ensino, fundamentando-o na ciência, na técnica e no envolvimento político de seus executores. Isso exige provimento de condições adequadas de trabalho (cuidado e dedicação aos educandos e oferecimento de condições de exercício profissional qualificado e digno aos educadores) e utilização de métodos didáticos avançados (pautados no desenvolvimento recente da Pedagogia). Exige também abolir os nefandos controles gerenciais e toda a parafernália gestorário

mercantil, adotando uma coordenação do trabalho coletivo que se pautar na colaboração recíproca. Ao mesmo tempo, é preciso uma atenção superlativa com a formação profissional do professor, não apenas no que diz respeito aos conteúdos culturais que irá ensinar, mas também a uma formação intelectual e moral condizente com valores humano-históricos de democracia, justiça e eliminação do obscurantismo e da desigualdade (PARO, 2020).

Em princípio faz-se necessário apresentar a construção da cidadania que é um termo presente nas propostas curriculares difundidas a partir do período de redemocratização do país com a reforma partidária em 1964 e com o retorno das eleições Diretas Já em 1985.

A propagação do termo cidade foi tamanha que, recorrentemente, é vista em noticiários de telejornal, em revistas, em discursos de ONGs, entre outros meios. No entanto, houve uma certa banalização no uso da palavra cidadania, pois, para a maioria das pessoas, a palavra não passa de algo abstrato. De acordo com José Murilo de Carvalho (1987, *apud* SEREJO, 2011, p. 89), no Brasil o termo tornou-se tão corriqueiro ao ponto de que não se fala tanto o “povo quer”, mas sim a “cidadania quer”, ou ainda a “cidadania exige”. De fato, a pergunta primordial é: o que é ser cidadão no Brasil e como se exerce a cidadania? Tais provocações são fundamentais para tecer uma reflexão sobre o significado do termo cidadania em uma sociedade que é regida nos fundamentos da democracia e da participação popular. Para complementar essa questão, e para que se compreenda esse processo, rastrear como está sendo debatido em escolas públicas o conceito de cidadania, expresso nos Parâmetros Curriculares Nacionais, possibilita entender a forma que diferentes grupos culturais do ensino básico estão exercendo seus direitos.

No que concerne à prática cidadã, alguns teóricos compreendem que este tema contemporâneo é considerado um tema transversal, sendo que a transversalidade:

A transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas, eixos temáticos são integrados às disciplinas, às áreas ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. A transversalidade difere-se da interdisciplinaridade e complementam-se; ambas rejeitam a concepção de conhecimento que toma a realidade como algo estável, pronto e acabado. A primeira se refere à dimensão didático-pedagógica e a segunda, à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (BRASIL, 2013, p.29).

Partindo desses pressupostos, pode-se entender que a educação exerce papel fundamental como mecanismo para se formar o cidadão crítico. A educação voltada para os

temas transversais contemporâneo na BNCC nos tópicos: cidadania e civismo, o tema faz uma abrangência sobre como abordar os eixos: vida familiar e social; educação para o trânsito; educação em direitos humanos; direitos da criança e do adolescente; processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Por ora, cidadania e civismo são termos que dialogam para designar o nível de conhecimento do indivíduo na sua vida social. Sendo assim, é necessário contextualizar de forma prática o que é de interesse do estudante e também contribuir com a formação do cidadão. Desse modo o ambiente escolar deverá promover uma educação pautada nos direitos humanos, na diversidade e na pluralidade, contribuindo na construção de práticas cidadãs neste espaço de formação que é a escola. Portanto, oportunizando uma aprendizagem significativa que faça sentido para o aluno, onde dessa forma, as práticas cidadãs devem corroborar nos alunos situações desafiadoras e enriquecedoras que proporcionam aos seus aprendizes o conhecimento social, político e cultural da realidade que se encontram inseridos.

### **Concepções da gestão escolar: participação e cidadania**

Numa concepção de gestão democrática, todas as pessoas inseridas dentro da escola são consideradas educadores, tendo em vista que os demais profissionais ensinam por meio dos bons exemplos, como respeito, educação e solidariedade. Conforme aponta LUCK (2000, p.21)

[...] os problemas relacionados com a educação são problemas da coletividade, não são problemas exclusivamente de governo. Em consequência, as soluções para os mesmos devem ser buscadas em conjunto, levando em conta a reflexão coletiva sobre a realidade e a necessidade de negociação e o convencimento local para sua efetivação, o que só pode ser praticado, mediante o espaço de autonomia.

A construção de uma escola democrática se relaciona com a forma participativa que a escola se relaciona com o seu público, ao passo que a escola não seja mera executora de reformas educacionais que em sua essência visam a interesses políticos e econômicos da classe dirigente. Por isso, deve-se conhecer o funcionamento do sistema escolar.

A escola esta inserida em um sistema que determina as políticas educacionais, para que todos os cidadãos de todas as classes sociais tenham os seus direitos sociais mais amplos, os quais já estão garantidos em lei, como o imperativo da obrigatoriedade do ensino. Essa determinação, por exemplo, faz com que o estado seja forte o suficiente para garantir todos os direitos sociais do cidadão.



Ademais, é preciso que, em um projeto educacional, todas as pessoas da comunidade, compartilhem suas intencionalidades e aprendam a exercer sua política por meio da participação efetiva e interventiva no contexto social. É urgente que coletivamente, com envolvimento de todos, seja construído um projeto coletivo, tendo em vista as transformações sociais. Assim,

[...] Mesmo quando as condições históricas-sociais de uma determinada sociedade estão deterioradas, marcadas pela degradação, pela opressão e pela alienação, como é no caso da sociedade brasileira, o projeto educacional se faz ainda mais necessário, devendo se construir então como um projeto fundamentalmente contra ideológico, ou seja, desmascarado, denunciando e criticando o projeto político opressor e anunciando as exigências de um projeto político libertador (Severino, 1998, p.82).

De igual modo, o envolvimento de toda comunidade escolar é importante porque o “[...] homem só pode existir efetivamente na exata medida em que vai se relacionando com a natureza, através do trabalho; com a sociedade, através da prática social; e consigo mesmo, pelo cultivo da própria subjetividade “ (Severino, 1998, p.84).

Portanto, entender a gestão como uma construção e perceber que ela nada mais é do que o resultado de um longo processo de transformação histórica, que surgiram com as reformas educacionais de cada governo, ou seja, traz marcas das contradições sociais e dos interesses políticos de cada partido presentes na sociedade. Desse modo, compreendemos que o processo de social transformação não é só da escola, mas de todo o sistema educacional brasileiro que se verificam sob o modo de produção capitalista.

Por isso, é necessário que a sociedade se comprometa com a escola, pois o conhecimento conduz a emancipação do sujeito e representa um instrumento de libertação para população carente. Portanto, é uma gestão participativa que vai indicar caminhos e viabilizar mudanças, ao passo que uma gestão democrática é um instrumento de poder, capaz de contribuir para uma sociedade mais democrática e humanizada.

## **RESULTADOS**

### **Participação, cidadania e função social: vivências e experiências de uma escola pública**

Neste item apresentamos os resultados da pesquisa de campo. Primeiramente, expomos a caracterização e o contexto da escola para, posteriormente uma breve análise do Projeto

Político Pedagógico da instituição e por fim a análise da entrevista realizada com a Coordenadora Pedagógica da escola pesquisada.

### **1. Conhecendo a escola**

A entrevista foi realizada por meio de questionário semi-estruturado via e-mail. A Escola Estadual Jaime Veríssimo de Campos Júnior “Jaiminho”, fica localizada na Rua das Begônias, Quadra: 03, Lotes: 04 e 05, S/N, no Bairro Jardim dos Estados na cidade de Várzea Grande/MT. Atende aproximadamente 343 alunos no Ensino Fundamental, com faixa etária entre 11 e 14 anos. São crianças e adolescentes oriundas dos bairros Jardim Imperial, Parque das Mangabeiras, Residencial Tarumã, Nova Esperança e Jardim Manaíra.

A escola possui uma estrutura administrativa que funciona em regime de cogestão, sendo uma equipe gestora, composta por uma diretora, Leyde Laura de Souza, duas Coordenadoras: Alexandra Gomes Aquino da Silva e Laiza Luz Martins Santana, um Secretário; José Wilson Tavares, e um Conselho Deliberativo Escolar - (CDE) – conforme referido no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.

A fundação da Escola Estadual Jaime Veríssimo de Campos Júnior “Jaiminho”, foi em 03 de março de 2004 pelo decreto 2.641. Os motivos principais da implantação da escola foram as crescentes demandas da população através de novos bairros na região. A escola recebeu o nome de Jaime Veríssimo de Campos Júnior “Jaiminho”, também conhecido pelo apelido de Jaiminho nascido em Várzea Grande no ano de 1977 e falecido em 2004 em decorrência de um acidente. Filho do então, Senador por Mato Grosso Jayme Campos, e Lucimar Sacre de Campos ex-prefeita do Município de Várzea Grande.

### **2. Análise do PPP da Escola quanto ao papel social**

O Projeto Político Pedagógico da escola foi elaborado em 2018, O documento é caracterizado como uma diretriz, um instrumento teórico e metodológico que orienta todas as ações dentro da unidade escolar, por meio de propostas pedagógicas, atitudes e compartilhamento de saberes particulares dessa comunidade.

A relação escola/comunidade e impar no sentido de que a escola disponibiliza o espaço de convívio comum para a comunidade realizar festas, reuniões, assim a construção do vínculo escola/comunidade e estreitada e deve ser potencializado. Á comunicação e aberta, de forma que a comunidade tem acesso livre as informações da escola. (PPP E.E Jaime Veríssimo de Campos Júnior “Jaiminho”,2018, p.5).

A partir da análise do PPP, foi possível constatar que a função docente deve seguir com o objetivo de promover a relação de integração da comunidade com a escola demonstrado no Projeto Político Pedagógico, ao trazer uma abordagem do papel social da escola e da formação de sujeito.

Atingir a qualidade social para todos e cada um dos seus alunos; garantir de forma sistemática a apropriação do conhecimento acumulado pela humanidade; desenvolver as diversas habilidades; contribuir para o desenvolvimento integral do sujeito histórico; para ter visão de mundo. (PPP E.E Jaime Veríssimo de Campos Júnior Jaiminho,2018).

Percebe-se, então, que o PPP da escola tem a função de promover a formação de sujeitos críticos e autônomos, onde é preciso enfatizar a relação com as práxis pedagógicas. Deste modo, concluímos que é necessária uma reflexão diária que corrobora sobre a prática docente, além de destacar a função social da escola em ressignificar o seu papel social na sociedade contemporânea.

### **3. Análise da entrevista com a coordenadora da E.E Jaime Veríssimo de Campos Junior “Jaiminho”**

A análise apresentada neste tópico, foi realizada junto a uma Coordenadora Pedagógica (CP), ora atuante em sala de aula há mais de vinte anos, sendo há dez anos na Escola Estadual Jaime Veríssimo de Campos Júnior “Jaiminho”. Organizamos a exposição em Blocos.

- a) Bloco I - Como ocorre o papel social na escola E.E Jaime Veríssimo de Campos Júnior “Jaiminho” no ensino fundamental.

A partir da entrevista com a Coordenadora Pedagógica (CP), compreende-se a grande relevância da escola para a sociedade, ao ser questionada sobre o papel social da escola, ela respondeu que: *“É a instituição mais importante da sociedade, pois através das ações e projetos desenvolvidos em sala de aula, os estudantes se tornam autores da sua própria vida, tornando-a significativa”*. (CP) ...

Neste sentido, verificamos que a coordenadora pedagógica fala do cumprimento da função da escola, ressaltando o seu papel decisivo na sociedade. Nessa perspectiva, é importante a organização e o desenvolvimento de ações voltadas para o desenvolvimento do sujeito. Dessa forma, a ação pedagógica poderá se consolidar realmente em umas *práxis*

transformadoras. Esse processo é importante, pois “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação reflexão”. (FREIRE,1983, p.92). Essas ações e projetos que a professora cita são atuais, necessárias e pertinentes. Para Rodrigues (2003, p. 55-56),

[...] a escola tem por função preparar o indivíduo para o exercício da cidadania moderna, para modernidade. Isso significa formar o homem capaz de conviver em sociedade em que se cruzam interveniências e influências mundiais da cultura, da política, da economia, da ciência e da técnica.

Evidenciou-se assim a relevância social da escola e a sua contribuição para sociedade formando cidadãos autônomos.

A segunda pergunta destinada a coordenadora foi: **Qual a postura recomendada ao professor em sala de aula, que colabore para a construção de um sujeito crítico?** A qual respondeu: *“O professor (a) tem como papel mediar e facilitar no processo ensino-aprendizagem dos estudantes, provendo o desenvolvimento da criticidade na escola e na sociedade”*. (CP)

Segundo a autora Almeida é extremamente fundamental que o professor se preocupe com a formação integral do seu aluno, como a inteligência e a afetividade que se influenciam mutuamente numa dialética entre os fatores orgânicos e os sociais. Portanto, tenhamos a consciência da importância da mediação e das intervenções que devemos propor aos nossos alunos.

Wallon, o psicólogo e educador, legou-nos muitas outras lições. A nós, professores, duas são particularmente importantes. Somos pessoas completas: com afeto, cognição e movimento, e nos relacionamos com um aluno também pessoa completa, integral, com afeto, cognição e movimento. Torna-lo mais propício ao desenvolvimento é nossa responsabilidade (Almeida,2006, p. 86).

Sendo assim, podemos concluir que o professor mediador é aquele que acredita nas potencialidades de seus alunos e não mede esforços para efetivamente concretizar os objetivos propostos, sendo capaz de intervir com precisão nas dificuldades de seus aprendizes, transformando anseios em ações.

Em continuidade, ao ser perguntada: **A escola promove debates com os pais sobre fatos ocorridos na comunidade e temas que envolvem a sociedade em geral? Como?** A coordenadora respondeu: *“Sim. A escola promove reuniões pedagógicas, reuniões convocadas pelo Conselho Deliberativo, para discutir todos os assuntos necessários”*. (CP)

Outrora, a fala da coordenadora, é diferente da perspectiva do autor. Segundo o autor “a escola se converte em aparelho para resolver questão da fome, da crise social, do desemprego, da saúde da segurança...chega a tal ponto essa definição, que todos aceitam que a criança vai para a escola por causa da merenda ” (Rodrigues, 2003, p. 55). Constatamos que a resposta da coordenadora foi sucinta, de modo que, segundo o autor aponta é na escola que são atribuídas diferentes funções para um trabalho crítico-reflexivo da equipe da instituição identificar o que de fato deve ser tratado pela escola.

b) Bloco II – Escola e comunidade.

Nesta etapa da entrevista trazemos questionamentos referentes a relação da escola com a comunidade externa.

Iniciamos, então, o diálogo perguntando: **Como a escola trabalha o processo de integração entre comunidade e a escola?** “*Convidando os pais, alunos e comunidade em geral para reuniões, e pelas redes sociais colocando-os à parte dos acontecimentos da escola*”. (CP)

Sabemos que integrar a comunidade na escola é essencial para permitir que a construção de uma identidade junto a comunidade que usufrui esse direito social. Nessa ótica, percebemos, que a escola tem uma prática pedagógica restrita, pouco reflexiva com a comunidade. Uma das atribuições da escola é viabilizar o acesso de toda comunidade para a elaboração do projeto político pedagógico. Sabemos que conduzir esse processo não é fácil, mas é urgentemente necessária. Vejamos o que diz no artigo 12 da LDB 9.394/96:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: [...] VI: articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola: [...] (Brasil,1996).

Logo, para a prática de autonomia escolar, é preciso considerar a importância da participação da comunidade nas ações coletivas. Diante disso perguntamos: **Quais são os desafios e problemas enfrentados na escola hoje?** - “*A falta de participação dos pais e sociedade na escola; problemas sociais de vulnerabilidade (desemprego, drogas, gravidez na adolescência)* ”. (CP)

Conforme Robert e Sherry:

Uma das dificuldades que os diretores de escola normalmente se deparam é a de responder demandas conflitantes, expostas por eleitores divergentes. De um lado o Conselho da Escola e o superintendente emitem diretrizes do Distrito e exigem

obediência às regras e regulamentos. Os professores, por outro lado, buscam o apoio profissional e material, a confirmação e o feedback. As necessidades e demandas dos pais, por sua vez, são diversificadas e instáveis. Alguns expressam aborrecimentos e percebem a escola com um representante de uma cultura estranha e hostil. Outros veem a escola como uma agência que irá apresentar aos seus filhos normas para alcançarem o sucesso, e ainda existe um outro grupo de pais que deseja o tipo de educação acadêmica e tradicional. Obviamente, a complexidade de lidar com uma clientela tão diversa é um enorme desafio. (ROBERT E SHERRY APUD LÜCK, 2010, p. 146-147).

Posto isso, é preciso levar os sujeitos, especialmente aos pais, a refletir sobre a importância da sua participação para com a escola e o papel social da instituição para com os seus filhos, até porque só refletindo junto sociedade/pais e escola pode se chegar a um resultado satisfatório.

#### c) Bloco III - Práticas educativas de inclusão na escola

Neste último bloco, trouxe questionamentos sobre às práticas educativas e inclusivas na escola, na sala de aula, desafios enfrentados pelo professor e escola dentre outras questões pertinentes ao tema proposto. A primeira pergunta dessa foi: **Quais são as práticas educativas e inclusivas que a escola promove em parceria com instituições governamentais?** Quais são? A qual a coordenadora respondeu: *“As parcerias são com Projetos Filantrópicos, Projeto Futsal e Judô”*. (CP)

Portanto, concordando com Arroyo (1994), que a

“... infância não existe como categoria estática, como algo sempre igual. Está em permanente construção, pois seu tempo não é tempo para e sim tempo em si, que tem as suas próprias características e finalidades e que deve ser vivida com toda intensidade, pois criança se desenvolve, sobretudo pelas suas experiências educativas”.

No entanto, a coordenadora foi bem clara e objetiva ao responder sobre as práticas educativas e inclusivas que a escola promove em parceria. Mas não se aprofundou em responder como estas práticas podem influenciar no desenvolvimento da criança. Assim sendo perguntamos: **Na escola existe a prática de construção coletiva de regras na sala de aula? E se existe de qual maneira esta construção promove o desenvolvimento crítico e participativo no aluno?** *“Os professores têm autonomia para desenvolverem as regras em sala de aula, mas sempre dialogando com a coordenação pedagógica”*. (CP)

Ao analisar a fala da coordenadora constatamos que sua resposta foi breve, e sua ideia se entrelaça com o pensamento do autor, que faz uma reflexão sobre a autonomia.

[...] na escola cidadã, pressupõe, pois, a alteridade, a participação, a liberdade de expressão, o trabalho coletivo na sala de aula, na sala de professores, na escola e fora dela. A educação enquanto processo de conscientização (desalienação) tem tudo a ver com a própria autonomia e, como estase fundamenta no pluralismo político-pedagógico, garante a mudança possível no próprio sistema educacional e nos próprios elementos que o integram (PADILHA,2005, p. 67).

É indiscutível que a construção coletiva de regras na sala de aula existe e tem um propósito, uma finalidade. A atitude do educador em sala de aula, desse modo, é decisiva para a conquista da convivência harmoniosa dos alunos e para o fluxo tranquilo das atividades desenvolvidas durante as aulas. Obviamente, tal comportamento faz com que este aluno tenha um desenvolvimento crítico e participativo. Por isso, perguntamos a entrevistada: **Como se dá a relação entre gestão e a prática educativa na escola?** Como resposta desta última pergunta da entrevistada realizada, a coordenadora respondeu que a relação entre gestão e prática educativa é: *“A relação é ótima. Com diálogos entre professores (as) e equipe gestora”*. (CP)

Percebemos, então, que dentro do contexto escolar há muitos desafios, ainda mais quando se trata do campo das relações sociais. Assim, a escola aberta as práticas educativas e aquela que dá ênfase na participação popular, para ocorrer a transformação social da realidade. Logo, a escola reveste-se de sua dupla responsabilidade social, tendo em vista que:

[...]a verdadeira democracia caracteriza-se, dentre outras coisas, pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, mas também como criadores de novos direitos, é preciso que a educação se preocupe com adotar-lhes das capacidades culturais exigidas para exercerem essas atribuições, justificando-se, portanto, a necessidade de a escola pública cuidar, de forma planejada e não apenas difusa, de uma autêntica formação do democrata (PARO,2000, p.6).

Em síntese, concluímos, que é necessário mudar a concepção sobre o papel da gestão escolar, percebendo a escola enquanto uma instituição voltada para uma prática social comprometida com as necessidades de toda uma população.

## Considerações Finais

Entendemos, a partir do levantamento de informações de uma realidade escolar, que esta instituição tem comportado de forma não muito ativa diante da ausência das famílias como parceiras na educação dos alunos. Esta afirmação vem de encontro às respostas obtidas em entrevista com a coordenadora da Escola Estadual **Jaime Veríssimo de Campos Junior “Jaiminho”**. Espera-se, portanto, que este artigo possa ser um instrumento de reflexão para os agentes educacionais sobre a importância de concentrar esforços na formação do caráter e da preparação dos indivíduos para viver em sociedade.

Sendo assim, a escola esta inserida no seio da sociedade onde a luta pela autonomia não é só da escola, mas de todos da comunidade, e é indubitável que a função social da escola abrange uma complexidade de fatores. Em razão disso, podemos dizer que na lei temos a garantia, mas que nem sempre a lei é acessível, principalmente nas comunidades periféricas, nas quais, na maioria das vezes, a escola também se encontra em vulnerabilidade.

Contudo, não podemos nos acomodar e deixá-la á deriva. É preciso percorrer um longo caminho na aquisição da confiança de todos os envolvidos no processo, de modo que reconquiste a sua relevância social e o respeito da comunidade. Até porque, quanto mais for a sua capacidade emancipatória de resolver seus próprios problemas, mais perto da autonomia a escola estará.

Parafrazeando o patrono da educação brasileira Paulo Freire, se o homem se considerasse um ser acabado, a educação não seria possível. Dessa forma, a escola deve sempre saber o quão importante é seu papel, bem como as imprescindíveis intervenções eficazes que realiza para a sociedade. Além disso, a escola deve buscar transformar a realidade de seus educandos, para então, estes serem um agente transformador em sua comunidade.

Em outras palavras, a meta principal da instituição de ensino é o conhecimento, a aprendizagem, pois sabe que, para realizar as mudanças necessárias, terá que enfrentar e oportunizar diversificadas experiências transformadoras na vida dos seus alunos.

Portanto, esperamos que este artigo venha a contribuir na percepção dos acontecimentos sociais, políticos e econômicos que influenciaram a educação, e a escola. E é nesse sentido que é de extrema relevância sabermos os motivos e as raízes de muitos dos dilemas vivenciados pela escola na contemporaneidade, pois a mudança da estrutura do papel social da escola começa na sociedade civil, na força das pequenas comunidades que, ao unirem na construção de uma escola de qualidade, se tornara determinada, forte e emancipada.



## Referências

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **Henri Wallon: Psicologia e educação**. 6.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e da pedagogia**. São Paulo: Moderna, 2006.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **O significado da infância**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL., 1., 1994. Anais do Seminário Nacional de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1994.p 88-92.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996.

BUENO, José Geraldo Silveira. Função social da escola e organização do trabalho pedagógico. **Educar em Revista**, [S.l.], v. 17, n. 17, p. p. 101-110, jun. 2001. ISSN 1984-0411. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2070>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

CABEDA, Marcelo. Inclusão Digital e Educação On-line em Prol da Cidadania: pontos para reflexão. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**. São Paulo, fev, 2004.

CARVALHO, Silvana Maura Batista de. **Ensino de História e cidadania social: experiências na formação de professores**. In: VI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, UFRN, 2007.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERRACIOLI, Marcelo Ubiali. **Escola cidadã**: questões acerca da educação escolar em tempos de crise estrutural do capital. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de São Paulo (UNESP): Araraquara, 2008.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Professora Sim, Tia Não**: Cartas a quem ousa ensinar. 16 ed. São Paulo: Olho d'água, 1993.

GADOTTI, Moacir.; ROMÃO, José Estácio. **Autonomia da escola**: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Escola Cidadã**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: MF Livros, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para que?** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LÜCK, Heloisa. **A gestão participativa na escola**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LUCK, Heloísa. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, Rosilda Baron. Educação para cidadania: o projeto político pedagógico como elemento articulador. Lúcia Maria Gonçalves e Ilma Passos Veiga (Org.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998.

NOBRE, Francisco Edileudo; SULZART, Silvano. **O papel social da escola**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 08, Vol. 03, pp. 103-115, agosto de 2018. ISSN:2448-0959.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2000.

RODRIGUES, Neidson. **Da mistificação da escola a escola necessária**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SEREJO, Wilson da Silva. **Construindo a prática cidadã: o ensino de história como aporte para o exercício da cidadania em escolas públicas de Campo Grande/MS**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD): Dourados, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O projeto político pedagógico: a saída para a escola. **Revista de Educação AEC**, Brasília, v. 27, n. abr./jun, 1998, p. 81-91, 1998.